

MEIO AMBIENTE

Seguro é aliado contra desastres climáticos

Em debate paralelo à COP30, especialistas mostram que proteção contra riscos ajuda a mitigar os efeitos devastadores de eventos extremos causados pela natureza

» ROSANA HESSEL
Enviada especial

Belém — O aumento da frequência dos desastres provocados pelo aquecimento global é uma realidade e nenhum país está ileso, inclusive, os da Europa. A advertência é da economista francesa Émilie Laurence Tubiana, CEO da Fundação Europeia para o Clima, uma das arquitetas do Acordo de Paris, em 2015.

“Mesmo economias diferentes estão sendo afetadas por desastres climáticos e o seguro é um importante aliado para a prevenção dos riscos. Mas é preciso saber mapear o que acontece nas regiões afetadas, a longo prazo, e ampliar o acesso aos recursos, por meio de investimentos e adaptações aos problemas provocados pelo clima”, destacou a executiva, ontem, na abertura dos debates na Casa do Seguro, que ocorrem em paralelo à COP30.

O evento teve a participação de especialistas nacionais e internacionais sobre a sustentabilidade e a necessidade de proteção contra os riscos climáticos. “Acredito que os seguros são importantes nos debates da COP30, porque temos riscos que precisam ser cobertos depois dos desastres e as vítimas precisam de suporte. A economia global vai entrar nessa tendência, incentivando proteções aos riscos. O seguro faz parte da política de adaptação e isso precisa ser entendido nas negociações da conferência”, defendeu.

Laurence lembrou que, após 10 anos do Acordo de Paris, a importância do seguro como aliado contra os riscos climáticos, finalmente, está se tornando mais evidente, devido aos eventos recentes em vários países, inclusive, no Brasil. “E a COP de Belém é o lugar certo para esse debate”, frisou.

O presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), Dyogo Oliveira, reforçou que a indústria do seguro tem interesse em abraçar essa agenda e que a Casa do Seguro, inaugurada na COP30, estará presente nas futuras conferências climáticas da ONU. “A origem da indústria do seguro é o risco climático, pois teve origem a partir das navegações. Sequer temos desculpa de que não lidamos com risco climático. Portanto, temos que nos abraçar e adotar essa agenda com muita força nesse chamado que é fundamental”, afirmou.

Na avaliação de Dyogo, é preciso dar um passo adiante e liderar essa agenda. “Não somente porque existe um enorme mercado a ser desenvolvido, mas, fundamentalmente, porque se não cumprirmos a função

ONU pode ter Conselho de Mudança do Clima

Bruno Peres/Agência Brasil



O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, adiantou que já há uma discussão inicial para a criação do chamado Conselho de Mudança do Clima na estrutura das Nações Unidas. O colegiado seria focado na implementação dos acordos climáticos, buscando dar autoridade à ONU para cobrar a efetivação de compromissos nesta seara. A Convenção do Clima e o Acordo de Paris foram criados para o foco na negociação,

mas as Nações Unidas não têm um mandato para pedir a atuação dos órgãos multilaterais, visando a implementação de acordos. O entendimento é de que a agenda do clima é transversal e passa por diferentes áreas. O consenso sobre esse novo conselho da estrutura da ONU ainda precisa ser construído. A mudança precisaria ser aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, sem necessidade de passar pelo Conselho de Segurança.



A origem da indústria do seguro é o risco climático, pois teve origem a partir das navegações. Sequer temos desculpa de que não lidamos com risco climático. Temos que adotar essa agenda”

Dyogo Oliveira,
presidente da CNSeg

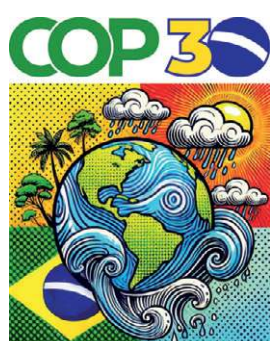
social, perderemos a legitimidade do negócio do seguro”, argumentou.

Dyogo reconheceu que ainda há uma lacuna grande no país, que é maior do que a média global — de 50% a 60%, superando 80% na maioria dos casos. Ele observou que em 2024, por exemplo, nas enchentes que devastaram o

Rio Grande do Sul, a lacuna de proteção das vítimas sem seguro chegou a 85%.

No último fim de semana, em Rio Bonito do Iguazu (PR), onde um tornado devastou 90% do município, o número de pessoas com seguro entre as vítimas que podem ter algum tipo de indenização é pequeno. “Não é uma tarefa trivial estarmos aqui, hoje, e estaremos nas próximas COPs, porque é uma construção de um relacionamento”, disse.

O holandês Aaron Vermeulen, líder global de práticas financeiras do WWF International, reforçou o coro sobre a atualidade desse debate em nível global, em meio aos danos causados pelo Furacão Melissa, no Caribe, e dos tufões no Sudeste Asiático. “Dentro desse contexto, o que o WWF está buscando para a lacuna de proteção de seguros é dar apoio para o levantamento de prêmios de risco do seguro e a possibilidade de serem acessíveis para as pessoas. Queremos



MARCHA PARA BELÉM

que esse pessoal responda com estratégias que vão além da redistribuição dos riscos, com participação dos governos, ampliando a proteção e aliviando as perdas quando acontecem esses desastres”, afirmou.

O presidente da Bradesco Seguros, Ivan Luiz Gontijo Júnior, lembrou que, desde a conferência Rio+20, em 2012, que precedeu as COPs, existe um esforço da indústria para mostrar que o mercado de seguros é relevante para contribuir para a sustentabilidade da economia. Já Butch Bacani, chefe de Seguros da Iniciativa Financeira da ONU, relembra que, em 2012, participou do grupo que construiu os Princípios para a Sustentabilidade de Seguros (PSI). “Hoje, o PSI não é uma história só do Brasil e da União Europeia, mas está se espalhando pelo mundo”, afirmou.

***A jornalista viajou a convite da CNSeg**

Haddad crê que fundo supere US\$ 10 bi

Fernando Donasci/MMAMC

» RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que ainda espera uma resposta final da Alemanha sobre o aporte para o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês). Ele disse estar confiante em um veredito sobre um montante expressivo do governo de Berlim destinado à proposta brasileira na COP30 até o fim de dezembro.

“A ideia nossa é, na nossa presidência, angariar pelo menos US\$ 10 bilhões (para o TFFF). Estamos com US\$ 5,5 bilhões anunciados. Tínhamos uma expectativa de que, já na COP, a Alemanha fosse fazer um aporte considerável, como o próprio primeiro-ministro (Friedrich Merz) mencionou. Antes de qualquer um de nós, ele próprio disse que a Alemanha não vai se furçar a ajudar o fundo de florestas”, disse Haddad, em entrevista à CNN.

O TFFF é destinado a mais de 70 países que têm florestas tropicais. O objetivo é remunerá-los por iniciativas que mantenham os biomas intactos. Para receber recursos



Ministro espera que aporte da Alemanha seja feito até o fim do ano

do fundo, as nações devem ter taxas de desmatamento inferiores a 0,5%. O pagamento, no entanto, só será total se o desmatamento

for igual a zero, pois entre 0 e 0,5% haverá desconto no valor.

“Calculo que, até o final deste ano, a Alemanha anuncie. Até

porque estamos para fechar o acordo Mercosul-UE, depois de uma longa negociação, o que também é uma boa nova para o mundo. Acredito que vamos superar, durante a presidência do Brasil, que começa agora, e se estende por um ano, os US\$ 10 bilhões”, acrescentou.

Mesmo com essa expectativa, Haddad acredita que o Brasil pode ambicionar aportes ainda maiores e destacou nações, como Holanda, Emirados Árabes e China, que também manifestaram apoio ao fundo verde. “A depender da evolução e do anúncio da Alemanha, podemos superar essa marca (de US\$ 10 bilhões)”, disse.

Apesar do otimismo em relação ao fundo, Haddad ressaltou a viabilidade das outras propostas a curto prazo — como, por exemplo, a Roadmap Belém-Baku, que consiste em um roteiro que estabelece mecanismos para mobilizar US\$ 1,3 trilhão por ano em financiamento climático até 2035 para países em desenvolvimento. O plano é considerado ambicioso pelo montante financeiro previsto.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



A COP entre o mito da queda do céu e a tragédia do presente

“Se os xamãs desaparecerem, o céu cairá. Os brancos terão matado todos eles com sua fumaça de epidemia e seus metais. Então, ele desabará porque não haverá mais ninguém para sustentá-lo. Tudo virará noite outra vez, e os espíritos das florestas e das águas se vingará de nossa loucura”. Há um elo profundo entre esse alerta dos xamãs Yanomami — que sustentam o céu com seus cantos e rituais — e a cena devastadora do tornado que atingiu o Paraná na véspera da abertura da COP30, em Belém.

Na cosmologia Yanomami, descrita acima por Davi Kopenawa em *A Queda do Céu*, o desmatamento e o garimpo ilegal não são apenas agressões materiais, mas forças que corroem o equilíbrio espiritual do mundo. Quando o homem destrói a floresta, o céu começa a desabar. Por isso mesmo, na abertura da COP30, houve tensão simbólica e política. Ao afirmar que “é momento de impor uma nova derrota aos negacionistas”, na abertura da conferência do clima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resgata o fio civilizatório da luta global contra a destruição ambiental e a desinformação.

A COP30 é um grito de socorro. Ao mesmo tempo, um êxito do multilateralismo, se levarmos em consideração o boicote regressivo e obscurantista de líderes, como os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da Argentina, Javier Milei. É uma situação paradoxal: mistura esperança e melancolia devido à constatação de que os compromissos do Acordo de Paris estão fragilizados diante das guerras, do protecionismo e do cansaço moral das nações.

O mito e a meteorologia se cruzam, o espiritual e o científico convergem. No Paraná, o redemoinho que ceifou vidas e arrasou casas pode ser lido como mais um sinal de ruptura cósmica: a natureza responde ao desequilíbrio imposto pela ganância e pela indiferença. A metáfora indígena confere à COP uma cosmologia ancestral. Belém não é apenas o espaço de uma cúpula diplomática, mas o território onde a Amazônia, coração climático do planeta, tenta sustentar o céu — o teto comum da humanidade. Os xamãs e os cientistas estão denunciando a mesma tragédia: o risco de o mundo ruir sob o peso de suas próprias emissões, de sua cegueira tecnológica e de seu egoísmo político.

Ao associar a crise climática às tragédias recentes — o tornado paranaense, o furacão Melissa no Caribe —, Lula politizou a questão: “Sem o Acordo de Paris, o mundo estaria fadado ao aquecimento catastrófico de quase cinco graus”. No entanto, as modelagens oficiais mostram que nem o objetivo de 2° C será cumprido. O planeta avança, ainda que mais lentamente, rumo a um aquecimento entre 2° C e 3° C. Ou seja, rumo a catástrofes mais frequentes e danos irreversíveis.

Metas e resultados

Belém precisa enfrentar o autoengano dos chefes de Estado e líderes de grandes corporações; discursos inflamados e compromissos frágeis são a contradição da conferência. A diplomacia ambiental não deve substituir metas por promessas nem resultados por narrativas. Nesse aspecto, o lançamento do fundo para florestas tropicais, com a ambição de quadruplicar a produção global de combustíveis sustentáveis, é um esforço para manter viva a ideia de que é possível conciliar desenvolvimento e preservação, num momento em que o consenso científico alerta que o tempo está se esgotando.

Mas a situação internacional não é das mais favoráveis. A ausência de Trump e de Milei é uma estratégia política. Há uma “internacional da negação”, a aliança ideológica dos países que tratam a agenda climática como ameaça à soberania nacional e obstáculo ao crescimento econômico. Trata-se, também, de uma grande batalha cultural e civilizatória. Trump ironiza a “rodovia dos ambientalistas”. Para Milei, o mercado resolverá a crise climática.

Esses gestos minam a credibilidade do sistema ONU, que enfrenta o momento mais difícil desde sua criação, em 1945, e dificultam a construção de acordos vinculantes. Na verdade, o peso inercial das economias fósseis é o maior obstáculo ao sucesso da COP. As emissões globais se aproximam de 60 gigatoneladas de CO². Mesmo que todas as metas nacionais fossem cumpridas, cairiam apenas para 50 GT até 2035. O cenário geopolítico agrava o impasse. As guerras da Europa e do Oriente Médio desviam recursos para o setor bélico e elevam a demanda por energia fóssil.

A China, embora invista pesadamente em energia solar e eólica, ainda depende do carvão para sustentar sua industrialização. A Índia acelera suas emissões; os Estados Unidos avançam a passos lentos; e a Rússia em guerra continua a aumentá-las. Na Europa, os partidos verdes sofrem derrotas eleitorais, reflexo do cansaço social diante dos custos da transição. Entretanto, é preciso “coragem de identificar barreiras e integrá-las à agenda de desenvolvimento”, como disse o embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30.

Embora seja a grande potência ambiental do planeta, por suas florestas e produção de energia limpa, o Brasil também precisa fazer o dever de casa. Matriz energética limpa e tradição diplomática de mediação não bastam. É preciso coerência interna, ou seja, combater o garimpo, frear o desmatamento e proteger os povos indígenas.

Não basta sustentar o céu no discurso: é preciso impedir sua queda na prática.